

## AS REDES DE APOIO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR: APERTANDO OS NÓS DAS REDES.

**RIBEIRO**, Kátia Suely Queiroz Silva – UFPB

**GT:** Educação Popular/ nº 06

**Agência Financiadora:** Não contou com financiamento

As políticas sociais implementadas pelo Estado brasileiro nunca foram capazes de atender a todas as demandas da população, deixando um grande contingente de sujeitos excluídos ou com acesso muito restrito às mesmas. Disso resulta que as pessoas pertencentes às classes populares se vêem obrigadas a buscar estratégias capazes de minimizar ou atender suas necessidades. Dentre essas estratégias destacam-se as redes de apoio social, que costumam serem mobilizadas a fim de contribuir com o enfrentamento dos problemas vivenciados por esses sujeitos sociais. As redes, enquanto segmento da sociedade civil, podem ser fortalecidas através de um melhor conhecimento dos direitos sociais e das formas de assegurá-los, em um processo de construção e consolidação da autonomia desses atores sociais. A Educação Popular enquanto perspectiva educacional que se coloca a favor da autonomia dos sujeitos das camadas populares, desponta como uma possibilidade para essa construção/consolidação.

Este texto pretende, então, discutir a importância da Educação Popular para o processo de empoderamento das redes de apoio social. Para tanto, abordaremos a emergência da sociedade civil, a conceituação e caracterização das redes de apoio social, o processo de empoderamento e sua interação com a Educação Popular, e a possibilidade de fortalecimento destas redes.

### O SUJEITO E A SOCIEDADE CIVIL

Muitas críticas têm sido feitas à Modernidade e ao projeto social que dela resultou, favorecendo a dominação e a exploração humanas. É necessário, contudo, que se faça uma distinção entre modernidade e modernização, considerando-se ser esta última a versão capitalista da modernidade.

Touraine (2002) afirma que a concepção de modernidade elaborada pelos filósofos iluministas é revolucionária, apelando à libertação, rejeitando compromisso com todas as formas tradicionais de organização social e de crença cultural. O ideal da

modernidade pressupunha o diálogo entre razão e sujeito, uma vez que, sem a razão, o sujeito se fecha na obsessão de sua identidade, sem o sujeito, a razão se torna instrumento do poder.

Segundo este autor, é quando se completa a protomodernidade e triunfam os modelos racionalizadores, na política com a Revolução Francesa, e na economia com a industrialização britânica, que a unidade da racionalização e da subjetivação é quebrada, e a cultura e a sociedade tornam-se bipolares. Enquanto a burguesia torna-se capitalista, a referência ao sujeito se afasta desse mundo dominante que só acredita no lucro e na ordem social, que se torna classe dirigente e dominante ao mesmo tempo, e se desloca para o mundo dos dominados da sociedade moderna logo chamado de classe operária. Desse modo, então, a modernidade triunfante se define pelo domínio da razão instrumental que serviu para dominação do mundo pelas elites, em detrimento da subjetividade, e as sociedades industriais assumem a concepção mais orgulhosa e conquistadora da modernidade. O homem não tem mais natureza nem direitos naturais, ele só é o que faz de si mesmo e seus direitos são sociais. Desaparece a separação entre Sujeito e sociedade, o homem se torna um ser inteiramente social e histórico.

A sociedade moderna é, então, uma rede de relações de produção e de poder. Ela é também o lugar onde o sujeito aparece, não para fugir das exigências da técnica e da organização, mas para reivindicar seu direito de ser ator.

As mudanças ocorridas no modo de produção com o advento da Revolução Industrial, primeiro para a manufatura, depois para a indústria, provocaram transformações na produção da vida material, e conseqüentemente, na organização política, que se traduzem pela formação do Estado Moderno, nas relações do homem com a natureza, através da ciência moderna, e na organização do saber escolar, com a criação da escola moderna. (BUFFA, 1996) Também ocorreram mudanças na organização da sociedade e em sua relação com o Estado, determinando o surgimento de novos sujeitos sociais.

Touraine (2002) defende uma concepção de sujeito completamente oposta ao individualismo tão apregoado pelo modelo capitalista, que representa o homem como ser não social. Ao contrário, ele associa estreitamente a idéia de sujeito à de movimento social, portanto à relação conflitual de que é feita a vida social. O Sujeito não é cuidado de si, mas defesa da capacidade de ser ator, isto é, de modificar seu meio ambiente social contra a influência dos aparelhos e das formas de organização social através das quais constrói o si-mesmo. Este sujeito é um dissidente, um resistente, e se forma bem

longe do cuidado de si, lá onde a liberdade se defende contra o poder. A idéia de sujeito não se opõe a de indivíduo, mas ela é uma interpretação muito particular dele.

Santos (2001) explicita que o projeto da modernidade é caracterizado, em sua matriz, por um equilíbrio entre regulação e emancipação, convertidos nos dois pilares sobre os quais se sustenta a transformação radical da sociedade pré-moderna. O pilar da regulação é constituído por três princípios: o princípio do Estado – de Hobbes - o princípio do mercado – de Locke – e o princípio da comunidade de Rousseau. O pilar da emancipação é constituído pela articulação entre dimensões da racionalização e secularização da vida coletiva: a racionalidade cognitivo-experimental da ciência e da técnica modernas, a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura.

O processo de modernização, contudo, ocasionou um desajuste entre regulação e emancipação, resultando em desequilíbrios tanto no campo da regulação quanto da emancipação. No pilar da emancipação a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica desenvolveu-se em detrimento das outras formas de racionalidade e acabou por colonizá-las, acarretando também uma progressiva hegemonia das epistemologias positivistas, que tiveram fortíssimas afinidades eletivas com o capitalismo. O desequilíbrio no pilar da regulação consistiu globalmente no desenvolvimento hipertrofiado do princípio de mercado em detrimento do princípio do Estado e de ambos em detrimento do princípio da comunidade. A teoria política liberal é a expressão mais sofisticada deste desequilíbrio, confrontando-se desde o início com a necessidade de compatibilizar duas subjetividades aparentemente antagônicas: a subjetividade coletiva do Estado centralizado e a subjetividade atomizada de cidadãos autônomos e livres. A teoria liberal também tem como características o fato de conceber a sociedade civil de forma monolítica e de esquecer o domínio doméstico das relações familiares, que, apesar de sua importância na reprodução social, é relegado para a esfera da intimidade pessoal, insusceptível de ser politizado.

Na sociedade atual, que Touraine (2002) denomina de programada, em contraponto a denominação pós-moderna, o indivíduo reduzido a não ser nada mais que um consumidor, um recurso humano ou um alvo, opõe-se à lógica dominante do sistema afirmando-se como sujeito, contra o mundo das coisas e contra a objetivação de suas necessidades em demandas mercantis. Nesse movimento a sociedade civil reemerge do jugo do Estado, autonomiza-se em relação a ele e capacita-se para exercer funções antes restritas ao mesmo.

Santos (2001) analisa que o retrocesso nas políticas sociais do que denomina de Estado-Providência - que na realidade dos países em desenvolvimento nem chegaram a ser muito eficazes – tem acarretado a transferência de serviços e prestações para o setor privado de solidariedade social mediante convênio com o Estado, mobilização da família e das redes de interconhecimento e de entajuda - o que ele designa por *sociedade-providência* - para o desempenho de funções de segurança social até agora desempenhadas pelo Estado. Para este autor, a lógica capitalista atual, apela para o princípio de comunidade e as idéias que ele envolve, por exemplo, de participação, solidariedade e autogoverno, para obter a sua cumplicidade ideológica na legitimação da transferência dos serviços de providência social estatal para o setor privado não lucrativo.

A situação das políticas sociais no Brasil é ainda mais grave, pois é um país capitalista que se caracteriza por ser uma sociedade autoritária e hierarquizada onde os direitos humanos e do cidadão não são efetivamente assegurados. Estes direitos, tanto os chamados direitos humanos – à vida, à saúde, à educação, à moradia – quanto os direitos civis – liberdade, igualdade jurídica, justiça, são proposições da democracia burguesa. Apesar disso, ao contrário dos países capitalistas desenvolvidos, onde os direitos do cidadão foram sendo realizados, no Brasil, a realização do capital – que afinal é o sujeito do capitalismo – se faz às custas da marginalização da maioria dos brasileiros. (BUFFA, 1996)

No modelo de Estado Mínimo vigente, o discurso dominante se apropria da idéia de ‘reemergência’ da sociedade civil com vistas a um reajustamento estrutural das funções do Estado, por via do qual o intervencionismo social, interclassista, típico do Estado-Providência, é parcialmente substituído por um intervencionismo bicéfalo, mais autoritário face ao operariado e a certos setores das classes médias, por exemplo, a pequena burguesia assalariada, e mais diligente no atendimento das exigências macro-econômicas da acumulação de capital. É inegável, porém, que a ‘reemergência da sociedade civil’ tem um núcleo genuíno que se traduz na reafirmação dos valores do autogoverno, da expansão da subjetividade, do comunitarismo e da organização autônoma dos interesses e dos modos de vida. Mas esse núcleo tende a ser omitido no discurso dominante ou apenas subscrito na medida em que corresponde às exigências do novo autoritarismo. (SANTOS, 2001)

Isso evidencia a possibilidade de que, a organização da sociedade civil enquanto uma alternativa à crise das políticas sociais, pode ser um instrumento que legitima a

diminuição da responsabilidade governamental com estas políticas, todavia, também pode representar um elemento de luta em busca de assegurar a cidadania social. As redes de apoio social podem atuar sob estas duas perspectivas.

### AS REDES DE APOIO SOCIAL

As redes de apoio social são definidas por Sluzki (apud TEIXEIRA & LEÃO, 2002) como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou que define como diferenciadas da massa anônima da sociedade. Essa rede corresponde ao nicho interpessoal da pessoa e contribui substancialmente para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para a sua auto-imagem. Nessa rede estão incluídas todas as relações do indivíduo, divididas em família, amigos, relações de trabalho ou escolares e relações comunitárias.

O debate em torno das redes de apoio social deriva da teoria do apoio social, que tem origem em autores norte-americanos. O apoio social é definido como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material, oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem, que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, isto é, que tanto gera efeitos positivos para o receptor, como também para quem oferece o apoio permitindo, dessa forma, que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas e que desse processo se apreenda que as pessoas necessitam umas das outras (MINKLER, apud VALLA, 2000). Essencialmente, o debate em torno da questão do apoio social se baseia em investigações que apontam para o seu papel na manutenção da saúde, na prevenção contra doenças e como forma de facilitar a convalescença. Na realidade brasileira estratégias e táticas que podem ser consideradas como similares as de apoio social acontecem no cotidiano das camadas populares, nem sempre de forma intencional, mas como alternativas espontâneas e emergenciais no enfrentamento dos problemas de saúde. (DAVID, 2001)

Analisando as redes sociais, Wong Un (2002) coloca que sua abordagem parte da imagem/metáfora da rede ou teia, onde as pessoas ou organizações seriam os pontos (os nós) do tecido, e os fios são as relações que acontecem entre estes elementos. Numa visão da complexidade, reconhece que a rede apresenta propriedades e características próprias que não estão presentes em cada elemento isolado, existindo fluxos bidirecionais de informações, experiências, idéias, estabelecendo diálogos e processos

de construção mútua. Ele denomina as redes sociais de *redes interpessoais de relações sociais solidárias*, afirmando que elas se formam em contraponto à intolerância e perante a construção de mundos excludentes onde as pessoas comuns, grupos e comunidades desenvolvem buscas e experiências solidárias.

Estas redes são dinâmicas, temporárias, frágeis, mutáveis, mas ao mesmo tempo são sistemas auto-organizados de onde surgem propostas, táticas e estratégias para enfrentamento coletivo dos problemas. Elas cumprem o objetivo de proporcionar segurança e bem-estar frente a determinada configuração cultural adversa. Nestas redes os sentimentos mais fortes são aqueles que relacionamos à solidariedade e com o senso de estar protegido. Este autor coloca que “o senso de suporte que a pessoa vivencia ao fazer parte destes fluxos de criação de culturas solidárias, faz com que sua presença no mundo seja menos precária, se sinta útil e boa, e receba/ofereça sentimentos fraternos de cura (healing emotions), e aconteçam crescimentos pessoais e coletivos” (WONG UN, 2002)

Segundo Kleinmann (apud OLIVEIRA & BASTOS, 2000) a rede de apoio social envolve dois níveis: o formal, constituído pelos profissionais envolvidos com as redes, e o informal, do qual fazem parte familiares, vizinhos, etc. Estes níveis estão claramente implicados na construção cotidiana dos itinerários terapêuticos.

Na realidade sócio-econômica dos países em desenvolvimento as redes de apoio social são, com frequência, a única possibilidade de ajuda com que as famílias empobrecidas podem contar, além de serem o único suporte para ajudar a aliviar as cargas da vida cotidiana. (ANDRADE & VAITSMAN, 2002) As famílias de classes populares dispõem de uma ampla rede de apoio social, composta de amigos, vizinhos e irmãos de religião. Esta rede funciona para quase todas as situações, desde cuidar de um filho doente até a ajuda financeira e mão de obra para reformar a casa. (OLIVEIRA & BASTOS, 2000) Esta é uma perspectiva em que as redes funcionam no sentido de suprir deficiências deixadas pelas políticas sociais implementadas pelo Estado liberal.

Sob outra perspectiva, Landim, (apud ANDRADE & VAITSMAN, 2002) observa que a rede de solidariedade presente no tecido social brasileiro contrariou a tese de que a sociedade civil estaria totalmente desativada e apática. A importância da formação e ampliação dessas redes de solidariedade estava não só na mobilização e distribuição de recursos para as famílias, grupos e pessoas em situação de carência, mas também na disseminação de uma noção de cidadania ligada à idéia de interdependência entre os membros da sociedade. Essa idéia vincula-se à noção de redes, já que elas

envolvem relações de troca, as quais implicam obrigações recíprocas e laços de dependência mútua. Pensar uma sociedade em rede significa entendê-la na sua interdependência e policentrismo. (OLIVEIRA & BASTOS, 2000) Nessa perspectiva, as redes podem ser vistas como movimento social, apresentando-se a possibilidade de serem fortalecidas mediante o exercício da autonomia dos sujeitos sociais.

Valla (1999) explicita a dupla possibilidade que se coloca para as redes. De um lado, elas possibilitam a prevenção de doenças através da solidariedade e apoio mútuo, de outro, oferecem também uma discussão para os grupos sociais sobre o controle de seu próprio destino e autonomia das pessoas, buscando, assim, tanto compreender quais problemas de saúde têm soluções no âmbito da própria comunidade, quanto discutir a possibilidade de socializar a concepção de autonomia e do controle sobre o seu próprio destino. É o que este autor também denomina de ‘duplo caminho’, onde, ao mesmo tempo em que os grupos populares adotam estratégias para solucionar problemas, cobram a responsabilidade governamental. (VALLA, 1997)

O fortalecimento das redes sociais aponta para uma revalorização do princípio da comunidade e, com ele, a idéia de igualdade sem mesmidade, a idéia de autonomia e a idéia de solidariedade. Apresenta-se, assim, a possibilidade de uma *sociedade-providência* transfigurada que, sem dispensar o Estado das prestações sociais a que o obriga a reivindicação da cidadania social, sabe abrir caminhos próprios de emancipação e não se resigna à tarefa de suprir as lacunas do Estado. Isso indica a necessidade de fundar uma nova cultura política, baseada tanto na idéia de obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, quanto na obrigação política horizontal entre cidadãos. Esta cultura política tem por princípios a idéia da participação e solidariedade concretas na formulação da vontade geral, visando alcançar uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil. (SANTOS, 2001)

Neste contexto, as diversas formas de apoio solidário destacam-se, não apenas como uma alternativa à crise do sistema de saúde e das políticas sociais em geral, mas com um valor próprio, constituindo-se em uma forma valiosa para lidar com o sofrimento, o adoecimento e a solidão contemporânea. (WONG UN, 2002).

Para que as redes de apoio possam atuar segundo a perspectiva do ‘duplo caminho’, é necessário que a autonomia dos sujeitos que a compõem seja reconhecida

na sua potencialidade e consolidada por um processo de “*empowerment*” ou empoderamento.

### O EMPODERAMENTO DAS REDES E A EDUCAÇÃO POPULAR

O “*empowerment*” é definido por Pinto (1998) como um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e econômico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício de sua cidadania. Ele descreve e inicia processos de auto-organização e de apoio mútuo, que reforçam a consciência política através de ações sociais e viabilizam uma participação coletiva nas decisões sociais e políticas (STARK, apud KLEBA, 2000). Como processo e resultado, o empoderamento é visto como emergindo em uma ação social na qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade social e pessoal e possibilitando a transformação de relações de poder. No nível individual, refere-se à habilidade das pessoas em ganhar conhecimento e controle sobre forças pessoais, sociais, econômicas e políticas para agir na direção da melhoria de sua situação de vida. (ANDRADE & VAITSMAN, 2002)

O empoderamento atua, tanto no desenvolvimento da capacidade de participação coletiva, reforçando a participação comunitária, quanto no desenvolvimento de habilidades pessoais, sendo também usado, segundo Teixeira & Leão (2002) como sinônimo para habilidades de enfrentamento, suporte mútuo, organização comunitária, sistema de suporte, participação da vizinhança, eficiência pessoal, competência, auto-estima e auto-suficiência.

O conceito de poder é subjacente ao termo empoderamento e tem como significado central o ganho de poder. Poder, neste sentido traduz a idéia da habilidade de agir e criar mudanças dentro de uma desejada direção. Teixeira & Leão (2002), anteriormente citados, argumentam que para se discutir o empoderamento é preciso que se entenda o poder dentro de um relacionamento social, no qual os atores possam usar os recursos de poder pessoal, social e político, para criar mudanças, mas que tenha uma conotação de valor baseada na conceituação de poder compartilhado, ao invés do poder sobre o outro.



Pinto (1998) destaca a importância que os movimentos de auto-ajuda tiveram para a abordagem de “*empowerment*”. Segundo esta autora, os princípios defendidos por estes movimentos de confiança nas capacidades internas dos indivíduos, na participação e organização voluntária dos grupos de auto-ajuda, na importância dos indivíduos terem controle sobre sua própria vida e a importância das redes de apoio, foram trabalhados e incorporados no processo de “*empowerment*”. As redes de apoio são colocadas como ferramentas para o empoderamento, representando um caminho que visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelem injustas, opressivas e discriminatórias, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana.

Depreende-se do que foi exposto que as redes de apoio social podem servir como espaços de empoderamento aumentando o senso de controle de vida e organizando processos de compartilhamento de poder, de forma a incentivar o exercício da cidadania. É possível, assim, que as práticas de Educação Popular venham contribuir com o empoderamento das redes de apoio e conseqüentemente dos sujeitos que as constituem, uma vez que elas estimulam a reflexão crítica da realidade, incentivando a libertação de toda forma de opressão; valorizam a capacidade individual e coletiva dos sujeitos das camadas populares e defendem sua autonomia enquanto sujeitos e enquanto grupo, buscando formas de fortalecimento.

Em que pesem as diversas concepções que permeiam a Educação Popular, o caráter de vinculação aos interesses das classes populares tem sido sua principal marca, no sentido de contribuir com a libertação dos sujeitos, a construção de cidadanias e a transformação das relações de opressão. A conquista da autonomia encontra, assim, um espaço de extrema relevância na Educação Popular, pressupondo “uma concepção política e econômica, que defende a capacidade popular de decidir, dirigir, controlar, isto é, de autogovernar-se” (GADOTTI, 1998) Ela tem gerado propostas pedagógicas para estimular a participação social, a consciência crítica e a organização popular.

Brandão (1994) argumenta que a Educação Popular, após um período de vinculação estrita à alfabetização de adultos, foi redefinida como um trabalho político de mediação a serviço de projetos, sujeitos e movimentos populares, tendo como horizonte a possibilidade histórica da construção de uma nova hegemonia no interior da sociedade capitalista dependente, a partir de uma acumulação popular de saber.

A autonomia, na medida em que requer uma redistribuição de poder, pressupõe o conhecimento dos meios que possibilitem o uso de recursos pessoais e coletivos e

habilidades de enfrentamento capazes de gerar mudanças. De acordo com Teixeira & Leão (2002) o conceito de conscientização descrito por Freire (1980) fornece a base para ligar os níveis individual, organizacional e comunitário do empoderamento. Este conceito envolve o desenvolvimento de um sentido de identificação com o grupo, de compartilhar o destino deste grupo e de eficiência própria, individual e coletiva.

Freire (2003-a) defende a conscientização em uma perspectiva dialética consciência-mundo, entendendo a consciência crítica como fator de mudanças sociais. Ele argumenta que se falta às grandes maiorias populares uma compreensão mais crítica acerca do funcionamento da sociedade, não é por incapacidade, mas por conta de suas condições de vida, fazendo-se necessário um esforço crítico através do qual os seres humanos vão se assumindo como sujeitos em processo permanente de busca, de desvelamento da razão de ser das coisas e dos fatos. Coloca-se aí o papel do educador como agente facilitador desse processo.

Freire (2003-b) afirma que ao fazer educação numa perspectiva crítica, progressista, o educador se obriga, por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à participação por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao que fazer educativo. Ele considera que o educador progressista é leal à radical vocação do ser humano para a autonomia e se entrega aberto e crítico à compreensão da importância da posição de classe, de sexo e de raça para a luta da libertação.

Para este autor, uma educação em favor da autonomia dos sujeitos deve valorizar o saber dos sujeitos, reconhecer seu poder, direito à voz, à participação, incentivar sua luta por assegurar as conquistas sociais, criar novas instâncias de poder e democratizá-lo. Ele adverte, contudo que a autonomia popular não implica na omissão do Estado. (FREIRE, 2003 -b) A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser, de modo que a ação educativa tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade. (FREIRE, 1996)

A atuação dos educadores envolvidos com as redes de apoio (sejam profissionais de saúde, assistentes sociais ou educadores em geral) deve ser pautada por esses princípios, possibilitando uma universalização dos conhecimentos, subsidiando a população e fornecendo informações para que ela se torne mais eficiente nas suas reivindicações. Essa atuação, tendo por base a Educação Popular, pode desempenhar um papel importante no fortalecimento das redes de apoio social, buscando valorizar as

iniciativas e saberes populares, colaborando com a organização destas redes, incentivando a solidariedade que as permeia e o fortalecimento dos sujeitos em assegurar sua autonomia enquanto exercício de poder.

O empoderamento é um caminho para a conquista/consolidação da autonomia dos sujeitos das classes populares, o que, no entanto, pressupõe a prática da cidadania ativa.

Demo (1995) afirma que a cidadania é a competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada. Ele destaca que para o processo de formação dessa competência alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, destacando-se, acima de tudo, o processo emancipatório. Este autor enfatiza que a cidadania é a raiz dos direitos humanos, uma vez que eles só medram onde a sociedade se faz sujeito histórico capaz de discernir e efetivar seu projeto de desenvolvimento.

Zarco (2000) defende a concepção de cidadania ativas, cuja construção relaciona-se claramente com o desenvolvimento de destrezas ou códigos culturais básicos. Este autor parte do argumento de que a cidadania não se esgota na esfera política do voto e da igualdade formal perante a lei; também implica outras dimensões, como as referidas à coesão social, à equidade na distribuição de oportunidades e de benefícios, e à solidariedade no seio das sociedades complexas e diferenciadas.

Contribuir com o exercício de cidadanias ativas significa tornar evidente que os direitos são conquistas que precisam ser asseguradas. Bobbio (1992) considera que o problema grave do nosso tempo com relação aos direitos humanos não é mais de fundamentá-los, mas de protegê-los. A prática da cidadania entendida como competência de se fazer sujeito, pressupõe, então, a luta no sentido de que os direitos conquistados sejam assegurados a todos os seres humanos indistintamente.

Santos (2001) defende a idéia de novas formas de cidadania, baseadas na concepção de que a obrigação política horizontal, entre cidadãos, e a idéia da participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral são as únicas suscetíveis de fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil. Segundo este autor é possível - sem abrir mãos das conquistas da cidadania social, como pretende o liberalismo político-econômico - pensar e organizar novos exercícios de cidadania e novas formas de cidadania, coletivas e não meramente

individuais, assentes em formas político-jurídico que, ao contrário dos direitos gerais e abstratos, incentivem a autonomia e combatam a dependência burocrática, personalizem e localizem as competências interpessoais e coletivas em vez de as sujeitar a padrões abstratos.

Considerando-se que as redes são, em geral, informais, temporárias e mutáveis, por sua própria constituição, os atores sociais que dela fazem parte podem contribuir com sua ampliação ou integração. A Educação Popular pode facilitar o desenvolvimento da capacidade desses sujeitos de encontrarem soluções e lutarem no sentido de assegurar seus direitos sociais através da participação política. É uma possibilidade de colaborar com o empoderamento desses sujeitos, procurando a vinculação entre os conhecimentos que vão sendo adquiridos no processo educativo com experiências concretas de empoderamento por parte das pessoas e grupos em sua condição de cidadãos: desenvolvimento de auto-estima, de habilidades para o diálogo, de relação com autoridades, de organização comunitária, de resolução de problemas.

Discute-se atualmente a fragmentação e a desmobilização dos movimentos sociais. A Educação Popular, especialmente nas décadas de 1960 a 1980, teve seu espaço de atuação primordialmente vinculada a estes movimentos, sendo necessário, então, que ela seja atualizada frente a nova realidade que vem se configurando no panorama político-social. As redes de apoio fazem parte deste contexto, pois mesmo tendo existido desde épocas remotas da humanidade, é no momento atual que elas vêm sendo reconhecidas e valorizadas, como elementos importantes no cotidiano das classes populares. Isso não significa uma despolitização das práticas de Educação Popular, nem a direção rumo a práticas assistencialistas, mas o reconhecimento de novos espaços de construção de autonomia das camadas populares e novas possibilidades de empoderamento destes sujeitos.

Zarco (2000) chama a atenção para o fato de que o fortalecimento da autonomia – empoderamento - oferece um horizonte de esperança e afirmação à população empobrecida, em torno da qual as redes de apoio social se organizam. É necessário, então, fazê-la sujeito de direitos e, sobretudo, sujeito de seu próprio destino, estimulando ações que possibilitem que esta população construa seu próprio poder para fazer-se ouvir e para incidir na conformação de políticas orientadas a melhorar a qualidade de vida da população em geral e do sujeito social em particular.

A construção de sujeitos com capacidade de incidência social tem uma dimensão individual e coletiva que explicitamente devem ser trabalhadas para uma real

acumulação de poder. As redes de apoio social podem ser ferramentas de empoderamento desde que sua atuação tenha como perspectiva a autonomia baseada no compartilhamento de poder, o que implica no compartilhamento de saberes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reemergência da sociedade civil impulsionou uma nova concepção de participação, revitalizando o princípio de comunidade no qual a vontade geral tem de ser construída com a participação efetiva dos cidadãos, de modo autônomo e solidário, sem delegações que retirem transparência à relação entre “soberania” e “governo”. O papel da sociedade civil na conjuntura atual pode indicar uma nova cultura política, baseada numa obrigação política horizontal cidadão-cidadão na base da qual é possível fundar uma associação política participativa. (SANTOS, 2001)

As redes de apoio social parecem apontar na direção desta nova cultura política. Além de exercerem a função de preencher as lacunas deixadas pelas políticas sociais liberais e de disseminar a noção de cidadania ligada à idéia de interdependência dos membros da sociedade, enquanto movimento social, elas podem representar um espaço de luta e elaboração de propostas visando à implementação de políticas sociais mais justas. A Educação Popular pode contribuir com o fortalecimento dessas redes. Cabe aos educadores envolvidos nesse processo subsidiar as ações dos grupos, tentando articular os diversos sujeitos que deles participam, facilitando reflexões acerca da participação política, discutindo a redistribuição do poder com vistas à autonomia. Para tanto, é necessário que se trabalhe com a concepção de que as redes de apoio não são apenas grupos ou iniciativas assistenciais. É preciso acreditar no seu potencial de conscientização política e de exercício da cidadania, na condição de atores que buscam assegurar suas conquistas sociais, acreditando, como diz Freire (1978) na capacidade ontológica do humano de ser mais.

No mesmo processo em que as redes de apoio contribuem com o fortalecimento dos sujeitos através da construção da autonomia, também se fortalecem enquanto coletivo, enquanto teia de relações e de interações, onde a solidariedade, o apoio mútuo, a reciprocidade, o compartilhamento de saberes e de poder, a reflexão crítica e a participação política vão apertando os nós destas redes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Gabriela R. B.; VAITSMAN, Jeni. Apoio Social e Redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. São Paulo, Vol. 7, n.4 2002.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 9<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 216 p.
- BUFFA, Esther. Educação e Cidadania Burguesas. In BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel, NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 6<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Cortez, 1996. 94 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Caminhos Cruzados: formas de pensar e realizar a educação na América Latina. In GADOTTI, M.; TORRES, C.A (orgs.). **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez – EDUSP, 1994. 341 p
- DAVID, Helena M. S. L. **Religiosidade e Cotidiano das Agentes Comunitárias de Saúde: repensando a educação em saúde junto às classes populares**. Rio de Janeiro, 2001. Tese de Doutorado. ENSP-FIOCRUZ.
- DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas – São Paulo: Autores Associados, 1995. 171 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 10<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003-a 245 p.
- \_\_\_\_\_. **Política e Educação**. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2003-b. 119 p.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.165 p.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 218 p.
- GADDOTTI, Moacir. Para Chegar lá juntos e em Tempo. Caminhos e significados da Educação Popular em diferentes contextos. In 21<sup>a</sup>. **Reunião Anual da ANPED**, Caxambu, 1998.
- KLEBA, Maria Elizabeth. A Participação Social na Construção do Sistema Único de Saúde enquanto processo de Empowerment. **Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA**. Salvador, 2000.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Silva; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. Práticas de atenção à saúde no contexto familiar: um estudo comparativo de casos. **Psicologia. Reflexão. Crítica**. Porto Alegre Vol. 13, n. 1, 2000.

PINTO, Carla. Empowerment: uma prática do serviço social. In **Política Social**. Lisboa: ISCSP, 1998, pp 247-264.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. 8<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 348 p.

TEIXEIRA, Mirna Barros & LEÃO, Selma de Souza. **Empoderamento como estratégia de Promoção da Saúde no campo do Envelhecimento**. Disponível em <http://www..sbgg-rj>.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 7<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 431 p.

VALLA, Victor Vincet. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, Rio de Janeiro, v.4 , n.7, p.37-56, 2000.

\_\_\_\_\_. Educação Popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, Vol 15, suppl. 2., 1999.

\_\_\_\_\_. Educação Popular e Saúde: a religiosidade popular como expressão de apoio social. In **Simpósio Brasileiro de Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

WONG UN, Julio Alberto. **Visões de Comunidade na Saúde: comunalidade, interexistência e experiência poética**. Rio de Janeiro, 2002. Tese de Doutorado. ENSP-FIOCRUZ.

ZARCO, Carlos. Educacion, Ciudadania, Derechos Humanos y Participacion de las Personas Jovenes y Adultas. In **La Educacion de Personas Jovenes y Adultas en America Latina y el Caribe – prioridades de accion en el siglo 21**. UNESCO-CEAAL-CREFAL-INEA. Santiago do Chile, 2000. 297 p.